



## **Mulheres armadas: uma reflexão sobre as representações de gênero na participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia.**

Bruno Sanches Mariante da Silva<sup>1</sup>  
Ingred Satomi Carvalho<sup>2</sup>

Artigo Recebido em: 15/10/2017  
Artigo Aceito em: 22/12/2017

### **RESUMO**

Tomando como referência histórica a Guerrilha do Araguaia, confronto armado brasileiro transcorrido entre os anos 1960 e 1970 entre militantes de esquerda e forças militares do regime ditatorial instalado no Brasil em 1964, o presente artigo almeja analisar os jogos de representações de gênero que incidiam sobre as mulheres que ingressavam nos movimentos guerrilheiros, uma vez que elas distanciavam-se dos modelos sociais concebidos e esperados para as mulheres dos anos 1960/1970. A reflexão que se propõe é sobre o contexto social das mulheres guerrilheiras, bem como uma análise de seus papéis de destaque no desenvolvimento desses movimentos, em especial a Guerrilha do Araguaia. Para tal, analisa-se um relatório produzido pelo DOI-CODI em 1977 sobre o conflito na região do Araguaia, seus embates e, principalmente, seus participantes, assim como empreende-se uma análise da historiografia produzida sobre a atuação feminina nas guerrilhas, bem como sobre esses conflitos em geral. Dessa maneira, é possível açambarcarmos, mesmo que parcialmente, a Guerrilha do Araguaia e, especialmente, as mulheres que lá atuavam, tomando em análise as representações criadas pelos órgãos repressores, bem como pelos próprios participantes da guerrilha.

**Palavras-chave:** História do Brasil, Mulheres no Araguaia, Ditadura Militar, Resistência à Ditadura, Esquerda Armada.

### **Armed women: a reflection on gender representations in the participation of women in the araguaia guerrilla.**

### **ABSTRACT**

Taking as a historical reference the Araguaia Guerrilla, a Brazilian armed confrontation that occurred along the 1960s and 1970s between left-wing militants and military forces of the dictatorial regime installed in Brazil in 1964, this article aims to analyze the gender representations focused on the women who entered the guerrilla movements, since they distanced themselves from the social models conceived and expected from the women of the 1960s and 1970s. The reflection that is proposed on this paper is about the social context of women in guerrillas, as well as an analysis of their prominent roles in the development of these movements, especially the Araguaia Guerrilla. For that, a report produced by DOI-CODI in

<sup>1</sup> Mestre em História (UNESP/Assis) e Doutorando em História (UNESP/Assis). Professor junto ao Departamento de História da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN). bruno.silva@unifil.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8241347498919461>

<sup>2</sup> Graduada em História (FAFIMAN) e discente do curso de Especialização em Psicopedagogia clínica e Institucional e Educação Especial junto à instituição Rhema Educação. dyhcarvalho.ic@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2929636772710634>



1977 on the conflict in the region of Araguaia, its conflicts and, mainly, its participants, is analyzed, as well as an analysis is made of the historiography produced on the female performance in the guerrillas, as well as how about these conflicts. In this way, it is possible to take part, even partially, in the Araguaia Guerrilla, and especially the women who were engaged in, taking into account the representations created by the repressive organs, as well as by the guerrilla participants themselves.

**Keywords:** History of Brazil, Women in Araguaia's Guerrilla, Military Dictatorship in Brazil, Resistance to Dictatorship, Armed Left.

## **Introdução**

Transcorridas mais de quatro décadas da deflagração de um confronto armado entre militantes do Partido Comunista do Brasil e o Exército Brasileiro na região do Araguaia é possível – e necessário – ainda elucidar determinados pontos da história e memória daquele conflito. Especialmente, no que diz respeito à efetiva participação de mulheres nos confrontos guerrilheiros brasileiros, destacadamente na chamada “Guerrilha do Araguaia”. O que se espera elucidar brevemente nesse texto é, não apenas o engajamento feminino nos frentes de guerrilhas armadas no Brasil, sobretudo a ruptura que a participação feminina oferecia às representações de gênero e dos papéis sociais entendidos como pertinentes às mulheres naquele período.

A Guerrilha do Araguaia, em linhas gerais, pode ser apresentada como um confronto armado entre membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o comando da ditadura militar, implantada no Brasil em 1964. O movimento ficou assim denominado em razão da região onde os confrontos aconteceram, cuja característica geográfica relevante é a presença do rio Araguaia. Um dos principais rios brasileiros, o Araguaia possui uma extensão de mais de 2.000 quilômetros, percorrendo os territórios dos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Apesar do rio banhar todos esses estados, a guerrilha aglutinou-se principalmente na região de divisa entre os estados de Tocantins e Pará.

O início do conflito armado propriamente dito ocorreu em 1972. Os militantes ligados ao PC do B eram em sua grande maioria jovens estudantes que faziam parte de movimentos estudantis bastante diversos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), ou organizações regionais e locais como os movimentos estaduais da União Estadual dos Estudantes (UEEs) e os Diretórios Centrais Estudantis (DCEs). Essas associações, após o golpe militar de 1964, foram proibidas de continuar seus trabalhos, passando a atuar na clandestinidade. Uma importante conquista do movimento guerrilheiro no Araguaia foi conseguir angariar adeptos



também entre os habitantes da região onde atuavam, em geral trabalhadores e trabalhadoras do campo.

É importante ressaltarmos que a Guerrilha do Araguaia integra um contexto de uma série de movimentos opositores ao regime militar, predominantemente de esquerda, no entanto, nem todos organizados por grupos armados. Acerca dos movimentos revolucionários de esquerda no período e seus participantes, Cristiana Wolff destacou:

No período entre 1967 e 1974, vários foram os grupos de esquerda que buscaram uma revolução socialista e que tentaram oferecer resistência armada à ditadura. Tais grupos eram formados por pessoas originárias de diversos estratos sociais, em sua maioria jovens estudantes provenientes de movimentos estudantis, trabalhadores fabris e camponeses. (WOLFF, 2012, p. 438)

Sobre a atuação na região do Araguaia, especialmente sobre as influências que compuseram o movimento, Gaspari (2014, p.408) destacou:

Os quadros do PC do B dividiram-se por três áreas, numa extensão de 130 quilômetros. Moviam-se numa superfície de 6,5 mil quilômetros quadrados. Até o primeiro semestre de 1972 eles foram 59 homens e catorze mulheres. Quando o exército chegou, havia 69 na mata e sete a caminho. Cinco a menos que a força de Fidel ao alcançar o litoral cubano, 26 combatentes a mais do que Guevara tivera na Bolívia poucos anos antes. Seriam a centelha de uma guerra popular. Pela descrição dos documentos revolucionários, entrariam num cenário triunfal: “As montanhas e florestas, as quebradas e os capões de mato, as grutas e as plantações mais densas, abrigarão os heroicos guerrilheiros, protegidos pela simpatia e pela violência das massas”.

Gaspari faz menção às ações de guerrilha de Fidel Castro em Cuba no final da década de 1950 e de Ernesto Che Guevara na Bolívia, entre 1965 e 1967, ações que foram forte referência para os movimentos de esquerda no Brasil, em especial para aqueles que intentavam enveredar pela luta armada. No texto de Gaspari também é possível depreendermos sobre os objetivos desses militantes de esquerda embrenhados na severa mata brasileira, bem como a repressão infligida pelo Estado-militar brasileiro.

O que se deu no Araguaia foi o paroxismo do choque dos radicalismos ideológicos que, com seus medos e fantasias, influenciaram a vida política brasileira por quase uma década. A esquerda armada. Supusera que estava no caminho da revolução socialista, e a ditadura militar acreditara que havia uma revolução socialista a caminho. Até o início do surto terrorista esse conflito ficara no campo dos receios e dos planos (GASPARI, 2014, p.414)

As ideologias se chocaram na esperança da efetiva construção de uma revolução socialista e pela severa repressão a mesma. É possível afirmarmos que o principal intuito do movimento guerrilheiro no Araguaia era insuflar as massas, em especial a camponesa. Para



atingir tal objetivo desenvolveram um longo trabalho de preparação desde o ano de 1966. Essa observação é passível de ser verificada na historiografia (Gaspari, 2014; (Gorender, 1987) e também pelas fontes da época, produzidas por ambos os lados.

Foi uma rebelião sem povo, num país onde as grandes revoltas populares não tiveram a participação da elite. A história brasileira registra confrontos sangrentos e duradouros entre o povo humilde e o poder. Nos maiores, ocorridos no sertão de Canudos e nas matas do Contestado, contaram-se em poucas dezenas os combatentes que sabiam ler e escrever. Nas matas perdidas do Araguaia, o PC do B tornara-se a única – e verdadeira – organização política a ir buscar na “violência das massas” a energia vital de seu projeto comunista. (GASPARI, 2014, p. 415).

Destarte, para a elaboração deste artigo valemo-nos, como principal fonte, de um relatório especial de informações produzido junto ao DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de inteligência do Exército Brasileiro, criado em 1969 para atuar, mormente, na repressão aos movimentos contrários ao regime militar. O referido relatório identificado como nº1/77 possui selo e carimbo que classificam as informações nele contidas como secretas e confidenciais. Datado de 1977, o documento, que possui 46 páginas, teria sido redigido na sede do órgão em São Paulo. No relatório constam informações referentes ao conflito no Araguaia e também às áreas de guerrilha do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

De acordo com as informações contidas no relatório, este teria sido elaborado a partir de documentos apreendidos pelo Exército Brasileiro, bem como a partir de interrogatórios realizados pelos militares entre dezembro de 1976 e março de 1977. No documento é apresentada uma listagem dos militantes envolvidos no conflito, constando os nomes de quinze militantes do PCdoB que teriam se deslocado do estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro) para Xambioá (Estado do Tocantins, região do rio Araguaia). É apresentada no relatório uma troca de correspondências realizada entre Ângelo Arroyo (um dos dirigentes nacionais do PC do B) e Dinalva Conceição de Oliveira Teixeira, militante feminina nas ações da guerrilha. Tendo em vista a relevância da fonte, prosseguiremos uma análise de todo o documento.

No relatório nº01/77 consta certa explicação sobre a preferência da região do Araguaia como local de atuação pelo grupo guerrilheiro. A escolha é atribuída ao grande número de pessoas que migravam para a região do Araguaia, mormente dos estados do nordeste, em busca de melhores condições de vida. Segundo o relatório, a insatisfação associada à predisposição a buscar uma vida melhor tornaria esses migrantes mais voláteis para se imbuírem na causa. A grande maioria dos guerrilheiros também não era proveniente daquela região, viajavam de



outros estados como Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo para a região do Araguaia, especialmente encarregados da missão de recrutarem novos adeptos na região.

Além de abarcar uma análise sobre a população local, o relatório também enfatiza a composição do ambiente na região norte do Brasil, uma vez que, devido a sua vasta vegetação composta por florestas e matas fechadas, esta facilitaria o combate aos conhecedores do local e dificultaria as manobras bélicas por parte dos “visitantes”. Sobre a escolha da região do Araguaia pelos guerrilheiros, os militares concluíram:

1. ARAGUAIA – REGIÃO SUL DO ESTADO DO PARÁ

O PC do B após pesquisar várias regiões do Brasil, concluiu ser a/ Região Sul do Pará, o local ideal para a implantação da guerrilha. Aportavam em favor dessa escolha, a existência de fatores como:

- conflitos sociais
- conflitos políticos
- vasta região de matas
- trabalhadores rurais na penúria, sem qualquer tipo de assistência médica hospitalar ou social. (RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES nº1/77, p.23)

A percepção que a população carente e a densa mata comporiam um agente catalizador das ideias revolucionárias não é referenciada apenas pelo Exército Brasileiro, mas também consta na reflexão historiográfica sobre o conflito. Jacob Gorender promove uma reflexão sobre a localização do Araguaia, inclusive sobre a ausência de um significativo contingente militar. É também apontado que por ser uma região de intensa migração não era estranha instalação de novas pessoas nas cidades. Uma das táticas aplicadas pelo PC do B para a implantação do movimento guerrilheiro era instalar militantes na região como moradores corriqueiros e, então, iniciar um processo de levante popular.

O prolongado período de preparação seria inviável sem a escolha deliberada da área de atuação e do tipo de trabalho com a população. A área se caracterizava pelo povoamento recente, baixo nível de conflitos sociais e insignificância econômica. O aparelho repressivo do Estado – uns minguados elementos da Polícia Militar – tinha ali presença ínfima e era coisa rotineira a chegada de gente nova numa região de fronteira agrícola. (GORENDER, 1987, p. 208)

No sentido de debelar o movimento “subversivo”, o Exército brasileiro promoveu uma série de ataques aos guerrilheiros do Araguaia. O primeiro deles ocorreu em 1972 e foi denominado de Operação Bico de Papagaio, marcando como o primeiro conflito em que ocorreram baixas em ambos os lados. Apesar das baixas, os guerrilheiros conseguiram emboscar a infantaria e hostilizá-la, principalmente em razão do baixo efetivo militar que foi enviado, assim como pelo desconhecimento da região por parte deles. Na segunda investida militar, os guerrilheiros mais uma vez saíram vitoriosos. A cada batalha vencida o movimento



se fortalecia, até que em 1973 duas operações denominadas de Sucuri e Marajoara foram desenvolvidas pelo governo militar com intenção de acabar definitivamente com o movimento.

Durante a Operação Marajoara muitos militares teriam se infiltrado nos acampamentos guerrilheiros afim de coletar informações sobre como acabar com a resistência de dentro para fora. Já na Operação Sucuri os soldados teriam recebido treinamento militar exclusivo para áreas de selva, pois assim não estariam mais despreparados. A FAB (Força Aérea Brasileira) foi também acionada, e alguns helicópteros foram enviados para ajudar no reconhecimento do território e surpreender os combatentes. Os helicópteros usados durante a guerrilha do Araguaia eram modelo Bell UH-1 Iroquois produzidos nos Estados Unidos e pilotados pelo Esquadrão Pantera 5º e 8º.

Duas derrotas deixaram evidente que a tática do Exército precisava mudar. Os generais afinal apenderam a lição. Enquanto infiltravam agentes de inteligência na zona conflagrada, treinaram no Sul em absoluto segredo, profissionais em contra-guerrilha na selva. (GORENDER, 1987, p. 210)

Todos os esforços e investimentos do governo para a repressão dos militantes-guerrilheiros no Araguaia não foram em vão, pois o uso de metralhadoras leves e fuzis (armamento bastante superior ao utilizado pelos guerrilheiros) propiciou, paulatinamente, vitórias no conflito, ocasionando um número maior de baixas no lado adversário. O conflito viria a cessar por completo na região do Araguaia em 1976.

Em 2012, o governo brasileiro criou a Comissão Nacional da Verdade para investigar casos graves de violação dos direitos humanos ocorridos entre os anos de 1946 e 1988. Sem poder punitivo legal, a Comissão procurou apurar uma série de conflitos e desaparecimentos nesse período. Segundo Giles Gomes, coordenador da Comissão, o caso Araguaia teria resultado em um número de setenta militantes dados como desaparecidos, uma vez que suas mortes não puderam ainda ser confirmadas, e doze casos de mortes consolidadas (GOMES *Apud* COMISSÃO DA VERDADE). Muitos dos guerrilheiros que não foram mortos nos combates bélicos travados passavam à condição de presos políticos nos quartéis do Exército, onde muitas vezes eram submetidos a sessões de torturas físicas e psicológicas. Alguns morriam nas prisões, não suportando as agressões infligidas.

O relatório que aqui analisamos, formulado em 1977, apontava como um de seus objetivos identificar todos os envolvidos na guerrilha, assim como conhecer mais sobre os militantes-guerrilheiros. Segundo o relatório os integrantes da guerrilha que sobreviveram e não



foram detidos pelas forças militares estariam, àquela altura, mais experientes e poderiam, assim, conduzir novos ataques. Sobre a finalidade do documento:

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES Nº1/77

- A) GUERRILHEIROS DO ARAGUAIA
  - B) ÁREAS DE GUERRILHA PC do B/ APLM do B
- REFERÊNCIA: INFO 540/76 de 29 Dez 76 do DOI no II Ex.  
INFO Nº 097/77 de 10 Mar 77 do DOI ao II Ex.

A- GUERRILHEIROS DO ARAGUAIA

Sabendo-se do esforço total do PC do B/ APLM do B em dedicar-se às guerrilhas, como ficou bem caracterizado na documentação apreendida por ocasião da queda do “aparelho” do PC do B, este DOI procurou analisar os dados que possuía em seus arquivos, visando principalmente compilar indícios/ sobre áreas anteriormente trabalhadas pela APLM do B e que possivelmente podem ser utilizadas pelo PC do B. Ao mesmo tempo, procurou-se proceder a um levantamento de dados sobre os envolvidos na “GUERRILHA DO ARAGUAIA”, pois os remanescentes desta, com maior experiência, irão se envolver em novas aventuras/ armadas, sendo de grande utilidade a identificação e conhecimento maior sobre os mesmos. (RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES, p.12)

É possível analisarmos que o confronto direto entre forças militares e os “revoltosos”, assim chamados nas fontes produzidas pelos militares, deveria ser imediatamente contido para que servisse de exemplo, afim de desestimular manifestações semelhantes contra o governo militar vigente. Gorender, refletindo sobre a repressão à Guerrilha do Araguaia, apontou a censura e o cerceamento à divulgação de informações sobre o conflito como elementos fundamentais para que eventos semelhantes não se repetissem.

A guerrilha do Araguaia foi abafada e escondida como vício nefando. Devia ser extirpada, porém de tal maneira que não suscitasse imitadores. Desde que o problema se apresentou, o Governo Médici decidiu ocultá-lo na treva cósmica. A censura total impediu que os meios de comunicação divulgassem notícias sobre o que acontecia no Sul do Pará. (GORENDER, 1987, p. 210)

Desse modo, destacamos que o regime militar procurou operar certo silenciamento sobre os acontecimentos no Araguaia, especialmente em razão das derrotas impostas pelos guerrilheiros às forças militares, o que poderia fomentar mais sublevações contrárias à ditadura. Queremos também apontar para os silenciamentos que recaem sobre determinados personagens dessas histórias: as mulheres. A participação feminina nos confrontos guerrilheiros foi muitas vezes silenciada, ou simplesmente pouco enfatizada pela historiografia.

**As mulheres em armas: representações históricas de gênero.**





Primeiramente, é preciso destacar que as representações sobre masculino e feminino são historicamente construídas na longa duração. Marte, o deus romano da guerra, é representado por um homem armado com lança e escudo, enquanto Vênus, deusa do amor e da beleza, por uma jovem mulher; demarcando, claramente, representações sobre o masculino e o feminino. As guerras e suas batalhas, lugares máximos da agressividade humana, foram por séculos eventos majoritariamente masculinos – é bastante recente a efetiva incorporação feminina na estrutura militar. (QUEIROZ, 2015).

A guerra, a luta armada, é, portanto, tomada como um ato viril e masculino, por excelência. Ela ocupa, assim como a política, o espaço público, terreno considerado masculino. O privado sempre foi tido como o espaço de domínio feminino, em um sentido de complementariedade entre homens e mulheres<sup>3</sup>. Como ressalta Perrot (2005, p. 459) “aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa”. Todavia, essas premissas fortalecidas ao longo dos séculos têm sido postas em xeque. Courtine (2013) analisa como esmaeceu-se a exuberância e a virilidade das guerras ao longo, especialmente, do século XX. Assim como têm estado em voga as perspectivas sobre a participação feminina em guerras e conflitos bélicos - na retaguarda ou não –, cujo grande exponencial historiográfico tem sido a historiadora francesa Françoise Thébaud. São dela as interrogações às quais nos coadunamos:

Que fazem as mulheres dos países beligerantes na Guerra? Que foi feito delas? Não afetará a Guerra, diferentemente a um e a outro sexo? Seria a guerra apenas luto e sofrimento? Não será ela também, pela ruptura da ordem familiar, social, uma possibilidade de abertura de novas atividades, vivências e experiências para as mulheres? (THÉBAUD, 1991, p.32)

Ao incorporarmos as questões gênero a nossa reflexão, é preciso, inicialmente, apontarmos que a História foi o campo que mais tardiamente assimilou as mulheres como objetos legítimos de sua atenção científica (PEDRO, 2008). Mary Del Priore também aponta certo silenciamento da historiografia no que tange ao olhar atento sobre as mulheres.

Desde que no século XIX a história firmou-se como uma disciplina científica, ela tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideias masculinos de historiadores que, até bem pouco tempo, a produziam com exclusividade. A primeira mirada sobre as mulheres, se bem que oblíqua e moralista,

<sup>3</sup> A ideia de complementariedade dos sexos foi imperativa desde finais do século XIX e a primeira metade do XX, trata-se das representações do “chefe da casa” e a “rainha do lar”; o homem e a mulher lado a lado, não apesar, mas por causa das suas “diferenças naturais” (PERROT, 2005; PINSKY, 2014; ROCHA-COUTINHO, 1994).





vem de Michelet, em 1859, no seu livro “La Femme”. O conhecido historiador francês compreendia os movimentos da história como uma resultante da relação dos sexos, modulado pelo conflito latente entre a mulher/natureza e o homem/cultura. A mulher, ressalva Michelet só teria papel benéfico neste processo se dentro do casamento e enquanto cumprisse seu papel de mãe. Ao fugir da benfazeja esfera da vida privada ou, ao usurpar o poder político como faziam as adúlteras e as feiticeiras, elas tornavam-se um mal. (PRIORE, 1994, p. 12)

O conceito de gênero implica em evidenciarmos que as identidades masculina e feminina são entendidas como construções sociais e culturais, e que impõem aos sexos condutas, práticas, espaços de poder e anseios diferentes. No entanto, as definições de masculino e feminino são dadas pela própria sociedade: “tudo isso [é] baseado nas distinções que a própria sociedade constrói para o feminino e o masculino, e não em diferenças naturalmente predeterminadas entre homens e mulheres” (SILVA e SILVA, 2005, p.166). Desta forma é preciso termos em mente que gênero não deve ser tido “como sinônimo de mulher/mulheres ou de sexo, uma vez que essa categoria de análise não combina com determinações biológicas” (SILVA e SILVA, 2005, p.167-8). Joan Scott, uma das mais importantes pesquisadoras de gênero, procura evidenciar que há certas questões implícitas ao trabalho dos historiadores e historiadoras na utilização do conceito de gênero:

Através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante? (...) Qual é o efeito sobre as práticas estabelecidas da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, as mulheres, por exemplo? (SCOTT, 1992, p.78).

Para Scott (1990) devemos considerar em gênero, principalmente, a abordagem dentro de uma perspectiva de construção cultural, refutando as explicações biológicas, como as que justificam a subordinação das mulheres e a supremacia masculina. Assim, para a autora, o gênero se torna uma maneira de percebermos os papéis sociais e culturalmente criados e destinados a homens e mulheres. Concepção presente na emblemática frase de Simone de Beauvoir – “não se nasce mulher, torna-se” – que refuta as concepções biológicas e considera as prerrogativas culturais e históricas. Desta forma, as relações de gênero não podem ser analisadas tomando homens e mulheres isoladamente sem a percepção das relações sexuais em que ambos estão presentes.

Partindo da percepção da História ter mais tardiamente incorporado tais reflexões em seu escopo, e analisando a Guerrilha do Araguaia percebemos que, assim como em outros conflitos armados que a história possui, tanto no Brasil quanto nos demais países, a participação



feminina ainda é frequentemente obliterada e deixadas para segundo plano<sup>4</sup>. Michelle Perrot propôs uma reflexão assertiva sobre a participação feminina na história.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...]. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT. p. 212)

É relevante ressaltarmos que as mulheres engajadas na Guerrilha do Araguaia tiveram papéis de protagonistas tanto quanto os homens. É possível afirmar que elas empunhavam armas e realizavam tarefas consideradas tradicionalmente “pesadas para o sexo frágil”. É importante apontar, de acordo com relatos do período, que as guerrilheiras do Araguaia ainda ensinavam homens a executarem tarefas de cunho doméstico, até então somente atribuídas às mulheres. Cristiana Wolff apresenta, por meio do relato de uma ex-guerrilheira, elementos importantes acerca da participação feminina na guerrilha:

Segundo uma delas [guerrilheiras], Crimeia Alice Schmidth de Almeida, a experiência da guerrilha rural do Araguaia foi de “igualdade e de superação para todos”, já que as mulheres participavam “do trabalho pesado” e os homens aprenderam a cumprir tarefas domésticas que eram escrupulosamente divididas entre todos. Se as “companheiras” mulheres podiam empunhar um fuzil ou uma enxada ou machado, os “companheiros” homens certamente também podiam aprender a cozinhar, limpar e lavar a louça. (WOLFF, 2012. p. 442)

Um dos elementos essenciais para se pensar a participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia é o processo de ressignificação dos papéis de gênero, uma vez que, até meados da década de 1960 e década de 1970, havia um conceito estabelecido e bastante claro de como deveriam portar-se as mulheres na sociedade. Os papéis sociais previstos para as mulheres brasileiras destoavam significativamente da atuação das guerrilheiras nas frentes de combate e resistência ao regime militar. De modo geral, era esperado que a mulher deste período preocupasse-se unicamente em constituir uma família, isto é, casar-se com um “bom homem”, assim como ter e criar muito bem os filhos. Carla Pinsky, em sua contribuição para a obra “*Nova História das mulheres no Brasil*”, propôs uma divisão entre dois períodos para pensarmos a história das mulheres no Brasil: um deles seria a “era dos modelos rígidos” e o segundo a “era dos modelos flexíveis”. O momento histórico de diferenciação entre ambos os

---

<sup>4</sup> A escritora e jornalista bielorrussa Svetlana Alexijevich publicou uma obra intitulada “A guerra não tem rosto de mulher” sobre a participação feminina na Segunda Guerra Mundial nos pelotões do Exército Russo. Devido a um grande silêncio nas fontes escritas, a autora valeu-se de uma vasta fonte documental oral.



períodos seria a década de 1960 quando, segundo Pinsky, os modelos sociais exigidos das mulheres deixam de ser absolutamente rígidos e passam a permitir, paulatinamente, certa flexibilização. As mulheres envolvidas no Araguaia eram mulheres das quais se esperava que correspondessem aos padrões nos quais foram criadas.

Casamento leva a filhos, necessariamente. Essa verdade incontestável até meados de 1960 criava grande expectativa pelo nascimento de uma criança tão logo um jovem casal se unira em matrimônio. A chegada do bebê não só confirmava o sucesso do casamento, mas o êxito da mulher em cumprir seu “destino natural”. [...] A maternidade é uma “sagrada missão” da qual não se pode abrir mão. Em se tratando de mulheres casadas, não querer engravidar é quase um ultraje. Ter filhos significa também cuidar pessoalmente deles, pelo menos essa era uma das ideias. [...] Surgiram então, os primeiros esboços da “boa mãe” higiênica e educadora, que, além de ter os filhos “sempre bem arranjados e limpos”, acompanhava de perto o crescimento dos pequenos. (PINSKY, 2012, p. 491-492)

A partir dos anos 1960 e 1970 os movimentos feministas se intensificaram, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, onde as mulheres reivindicavam maiores direitos nos campos sociais, econômicos e políticos, conforme Pinsky (2012) aponta.

O golpe civil-militar infligido no Brasil em 1964 e a ditadura que dele decorreu tentaram silenciar os movimentos sociais contestatórios, inclusive os feministas. As mulheres que conseguiam ingressar nas universidades (ainda em número bem menor que os homens, e geralmente oriundas de classe social mais privilegiada) tinham contato com o discurso feminista. Alguns dos movimentos de esquerda do período passaram a inserir em suas agendas de luta questões relacionadas às desigualdades de gênero. Segundo Joana Maria Pedro “foi a partir da atuação no movimento estudantil e em partidos de esquerda que muitas destas jovens participaram de grupos clandestinos, sendo, muitas vezes, presas, torturadas, mortas e/ou exiladas”. (PEDRO, 2005, p. 172). Isto é, as mulheres engajavam-se nas diversas instâncias das lutas de resistência à ditadura implantada no país.

*Rosa*, morena miúda, calçava 33. Chamava-se Maria Célia Corrêa, tinha 26 anos, estudara na Faculdade Nacional de Filosofia e sustentara-se trabalhando em banco. *Cristina*, cearense de rosto redondo, abandonara o curso de biologia da Universidade Federal Fluminense. Despedira-se dos pais dizendo-lhes que talvez não a tivessem de volta. Era Jana Moroni Barroso. Tinha 21 anos. Ambas chegaram ao Araguaia em 1971, para mudar o mundo. Viviam em casebres e davam aulas (inclusive de tiro) para as crianças do lugar. (GASPARI, 2014, p.407).

Desse modo, queremos refletir sobre a participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia. As militantes-guerrilheiras, como já destacado, eram, majoritariamente, oriundas de movimentos e agremiações estudantis, o que nos leva a pensar que elas puderam ter sido



impactadas por essa “onda” dos movimentos feministas de meados dos anos 1960 que inundavam as universidades. A relevância do ideário feminista atingiu segmentos da população nesse período, promovendo certas transformações tanto na vida prática e cotidiana das mulheres quanto no campo das ideias. As mulheres guerrilheiras assumiram, na frente de combate, uma posição equiparada aos homens, imprimindo uma contundente forma de resistência não apenas ao governo ditatorial então vigente, mas, principalmente, uma resistência às definições limitantes e fixas sobre o ser mulher na sociedade e a postura patriarcal, bastante incrustada na sociedade brasileira, de submissão da mulher ao homem.

Como já citado anteriormente, o relatório nº1/77 aqui analisado teria como uma de suas principais finalidades expor aos militares todos aqueles e aquelas envolvidos na guerrilha. Desse modo, o relatório apresenta uma listagem de três páginas contendo os nomes (e codinomes) dos guerrilheiros e guerrilheiras que atuavam no conflito. O relatório também dedica extensiva parcela de suas páginas a apresentar, de forma mais minuciosa, informações pessoais sobre os militantes que os órgãos investigadores do Exército conseguiram identificar. Há ainda uma página do relatório que oferece apenas poucos dados pessoais sobre alguns dos militantes, sobre os quais não teria sido possível obter maiores informações.

Em vista disso, e tomando como base as reflexões historicamente construídas acerca dos papéis destinados à mulher, não seria equívoco, em um primeiro momento, imaginarmos que o número de mulheres atuando na guerrilha fosse acentuadamente inferior aos homens. No entanto, a participação das mulheres compôs um número expressivo do efetivo dos guerrilheiros no Araguaia, de acordo com o relatório produzido pelo DOI-CODI. Pelas listagens apresentadas no citado relatório foi possível identificar nomes de 66 homens e 22 mulheres.

No sentido de melhor nos aproximarmos sobre as construções (e rupturas) dos papéis de gênero para as mulheres, é importante salientarmos também a maneira como as informações biográficas das mulheres-guerrilheiras estão citadas no relatório produzido pelas forças militares. Todas as pessoas possuem em seus dados sua filiação, informação sobre curso de graduação, quando existente, em qual dos destacamentos era visto; assim como apresentava a informação se ainda se encontrava vivo ou morto. Todavia, no tocante às mulheres, a figura masculina era utilizada para dar referência a elas. Por exemplo, é frequente que o nome das mulheres estejam acompanhados dos nomes de seus esposos e seguidos da informação sobre possíveis filhos. Se a mulher não fosse casada, sua biografia era ligada a de seus irmãos, denotando a necessidade de associar a figura feminina a uma figura masculina, como uma tutela



e mais do que isso, como um elemento componente de sua identidade. Como já mencionado, a violência e a beligerância sempre estiveram associadas à masculinidade, e o elemento feminino parece sempre destoar no cenário de guerra.

As armas e a guerra têm sido associadas à masculinidade. É como se a violência fosse uma exclusividade masculina, uma forma de “provar que é homem”, e como se as armas só pudessem ser usadas por homens. A participação direta das mulheres em lutas violentas é geralmente esquecida, dificilmente reconhecida. Entretanto, apesar disso, de alguma maneira, as mulheres sempre estiveram envolvidas em guerras, revoltas e guerrilhas. E muitas vezes pegaram em armas (WOLFF, 2012, p. 423).

Dentre os homens há um único nome em que foi colocado o nome da esposa em flagrante destaque. Trata-se de Antônio Carlos Monteiro Teixeira, sendo mencionado no relatório como “o marido de Diná”. Essa constatação, a partir do documento elaborado pelo DOI-CODI, torna-se bastante interessante, pois, na contramão da tendência, utiliza a figura feminina como referência de identidade para o homem. É possível também vislumbrarmos que a personagem “Diná” possuía relevo e importância dentro do movimento guerrilheiro.

“Diná”, apelido de Dinalva Conceição de Oliveira Teixeira, nasceu em Castro, estado da Bahia, no ano de 1945. Formada em Geografia pela Universidade Federal da Bahia em 1968, fez parte do grupo militante do movimento estudantil da Bahia nos anos de 1967 e 1968. Era professora e parteira e deslocou-se para a região do Araguaia já em 1970 com seu marido Antonio Carlos Monteiro Teixeira. Ficou famosa como guerrilheira, alcançando certo destaque entre os militantes e passou a ser temida pelos soldados do Exército, Diná era bastante apreciada pela comunidade local (GASPARI, 2014, p.419)

Exímia atiradora e com espírito combativo, foi a única mulher dentre as guerrilheiras a ser subcomandante de um destacamento da guerrilha – o destacamento “C”, o mesmo do também lendário guerrilheiro Oswaldão. Seu nome era conhecido e temido entre os recrutas convocados pelo exército para participar das operações de combate no Araguaia. Há relatos de enfrentamento a tropas militares onde feriu e matou soldados e oficiais, sempre conseguindo escapar dos cercos do exército. Devido a isso, entre os militares, havia a lenda de que Dina nunca era pega, pois conseguia se transformar em borboleta e fugir a tempo. (MALVES, 2013, s.p)

Como já mencionado, no relatório nº1/77 consta uma carta escrita por Diná. Nessa correspondência, é possível averiguarmos e entendermos o grau de engajamento de Diná, uma vez que ela acusava Ângelo Arroyo de desertor, devido ao fato de o mesmo ter fugido da guerrilha com destino à São Paulo, e ter levado consigo relatórios sobre os acontecimentos na região do Araguaia. Esses documentos acabaram apreendidos pelas autoridades militares



quando Arroyo foi preso em São Paulo e são citados no relatório aqui analisado. Esses documentos continham informações de como os guerrilheiros conseguiram deter a ação dos militares por duas vezes e quais os erros por eles cometidos, levando-os a derrota final. Diná, em sua carta, demonstra frustração de não ter mais o apoio da população, bem como certo desespero, pois o número de combatentes engajados no movimentos estaria muito reduzido. Ainda na correspondência Diná dispara que, a partir da atitude empreendida por Arroyo, ela já conseguiria vislumbrar o fim da resistência e até mesmo o seu próprio fim. Segue abaixo fragmento do relatório, citando a referida carta.

Segundo carta de DINALVA CONCEIÇÃO DE OLVEIRA, datada de 14 de maio de 1974, endereçada a ÂNGELO ARROYO, ele o chama de desertor e esclarece que/ estão reduzidos a onze (11) guerrilheiros, tolhidos de todas as restrições, / sem qualquer apoio da população; em outro trecho da carta ela diz: “de algum lugar do Araguaia” (RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES nº1/77, p. 44)

Sobre o fim impreciso de Diná<sup>5</sup>, há um relato de José Veloso de Andrade, constando na obra de Gaspari (2014):

*A Dina foi presa aqui nas imediações de Itaipava, quando ela tirou o revólver do braço e deu para um velho ir vender, porque ela tava fraca de dinheiro, não tinha dinheiro, então ela juntamente com a Lia, não o nome da Lia. E aí o velho chegou e avisou pra turma do Exército. Aí junto o pessoal e foral, o pessoal do Exército, foram com o velho levar .... acompanharam o velho e fizeram lá os traços deles com o velho, e fizeram uma emboscada. Aí o velho vai com elas deixar o dinheiro e tirar elas, à noite. (...) Ela não foi morta, ela foi presa. Quem falou, quem informou mentiu. (...) Ouvi falar que tinham levado pra Brasília, agora não sei. (GASPARI, 2014, p.464)*

A partir deste relatório, é possível percebermos o quão efetiva foi a participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia, uma vez que mesmo em fontes produzidas pelo Exército, essas mulheres não tiveram como ser obliteradas. Mulheres corajosas que lutaram contra os padrões e estigmas de seu tempo, contra os costumes estabelecidos, bem como as forças políticas estabelecidas combatendo o regime militar ditatorial implantado no Brasil. Além de Diná, queremos dar destaque a outra protagonista nessa guerrilha. Trata-se de Luzia Reis Ribeiro. Ribeiro concedeu entrevista em 2013 e relatou um pouco de sua experiência no Araguaia.

---

<sup>5</sup> Em 2005 Aluizio Palmar, ex-militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), organização político-militar criada em 1968, em sua maioria estudantes e ex-militares, publicou o livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?” no qual ela busca relatar seus mais 26 anos de busca e pesquisa sobre as covas onde foram sepultados os militantes assassinados em Junho de 1974, no Paraná. A busca de Palmar é bastante elucidativa da dificuldade de acesso à informações precisas sobre os acontecimentos da época, bem como a dificuldade do Exército Brasileiro e do governo em lidarem com esses assuntos de forma transparente.





Éramos idealistas e românticas, daí enfrentarmos metralhadoras com espingarda 20, na sua maioria. Era o sonho de uma sociedade mais justa. Nossa juventude tentou abrir a sociedade, porque não havia liberdade de expressão, era tudo censurado. (...) Ver a Guerrilha do Araguaia pode parecer um monte de idealistas e loucos. Não é por aí. (RIBEIRO *Apud* CHRISTIEN, 2013, não paginado).

Ribeiro relata o elemento motivador de tamanha ousadia coletiva, isto é, o desejo de construir uma sociedade mais justa. O ex-combatente do Araguaia Glênio de Sá, também em entrevista a Christien, procurou elucidar a participação das mulheres nos combates do Araguaia. Sá prestou certa homenagem às “camaradas” e detalhou um pouco mais a atuação das guerrilheiras. Segue parte de seu depoimento:

Abro um parêntese aqui para destacar a atuação das nossas camaradas, tanto na preparação como na fase de luta. Elas tinham cumprido bem a dupla tarefa de superar a formação machista que haviam recebido anteriormente e vencer os preconceitos existentes na sociedade. Não havia diferença de sexo entre a gente quando se tratava de uma tarefa. Participaram do trabalho na roça, no castanhal, na caça, na pesca e nos treinamentos militares. Fosse no carregamento de peso, numa corrida a dois, no salto, no tiro ao alvo, diversas vezes elas nos superavam. (SÁ *Apud* CHRISTIEN, 2013, não paginado)

É importante ressaltar que as afirmações apresentadas por relatos memorialísticos precisam ser adequadamente matizadas, uma vez que, frequentemente, os depoentes procuram enquadrar suas memórias a um contexto contemporâneo relevantes<sup>6</sup>. Não queremos também apontar que o convívio entre homens e mulheres tenha sido sempre pacífico e harmônico, uma vez que os estereótipos de gênero também recaíam sobre os homens que tinham seu poder social tolhidos naquele contexto.

No relatório do Exército consta a observação da morte de seis mulheres, outras quatro são apontadas como desaparecidas e sobre outras doze mulheres o relatório apenas comunica que não há informações da localização atual. A Comissão da Verdade também investigou o caso Araguaia e após algumas informações coletas, estimou-se que, ao todo, cerca de setenta e seis militantes morreram, sendo doze mulheres (COMISSÃO DA VERDADE, 2012).

### **Considerações finais**

Mais do que um minucioso trabalho histórico sobre a Guerrilha do Araguaia, o que se almejou aqui apresentar foi uma reflexão sobre a participação feminina nesses combates

---

<sup>6</sup> Não cabe no escopo desse artigo um profundo – e pertinente – debate sobre a História Oral e suas implicações teórico-metodológicas, queremos apenas apontar a necessidade de tal debate ao produzirmos e utilizarmos fontes orais. Ver: FERREIRA (2012).





guerrilheiros de luta armada. A efetiva participação feminina ensejou ressignificações nas representações de gênero formuladas para as mulheres brasileiras.

É possível afirmarmos que, ao longo dos combates na região do Araguaia, a participação das mulheres foi tão importante quanto a dos homens, os papéis de ambos se equiparavam no que se refere a relevância dentro do movimento. Tanto homens quanto mulheres pegaram em armas e atuaram no fronte de batalha, muitas vezes em um conflito corpo-a-corpo com as tropas do exército brasileiro. Tais posições assumidas subvertiam o ideal de mulher para o período – mesmo este que já esteve em processo de transformação –, no qual o espaço público ainda não lhe pertencia inteiramente. A parca representação pública das mulheres na política<sup>7</sup> não fornecia modelos contundentes de mulheres atuantes em busca da construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. É possível situarmos não só a guerrilha do Araguaia, mas também os demais movimentos de contestação à ditadura militar, como um lugar de relativa vitória para as mulheres, uma vez que elas consolidaram seus espaços nesses movimentos armados. A admiração que causavam em seus “camaradas” em geral decorre de uma concepção machista, uma vez que os guerrilheiros também custavam a acreditar que as mulheres fossem capazes de tais tarefas e missões.

Contudo, apesar do número de mulheres nos postos de liderança ser muito menor que o de homens os grupos de luta armada foram, muitas vezes, um canal relevante para a (até então inusitada) participação política das mulheres que podiam, inclusive, surpreender seus “companheiros” de militância com sua capacidade de argumentação. (WOLFF, 2012. p. 443)

Cristiana Wolff, refletindo sobre os estereótipos construídos secularmente para as mulheres, bem como a atuação da História na reflexão sobre a atuação feminina, afirma ainda que:

Mulheres armadas desafiam o estereótipo da mulher como um ser frágil e delicado que deve necessariamente ser protegido pelo homem. Talvez seja por isso que a História escrita muitas vezes “esquece” as mulheres em suas narrativas sobre guerras, guerrilhas e conflitos armados. No máximo, elas aparecem como vítimas de violência, mães de soldados ou enfermeiras dedicadas. (WOLFF, 2012. p. 444)

O combate realizado pelas mulheres no Araguaia foi além das barreiras de um pensamento político-ideológico para a composição e gestão da nação, compreendeu,

---

<sup>7</sup> O Brasil elegeu em Outubro de 2010 a primeira mulher para o posto de Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Interessante apontar que Rousseff fez parte luta armada de esquerda, tendo sido membro do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e posteriormente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Ficou presa entre 1970 e 1972.



expressivamente, a rejeição a representações de gênero fixas e limitadoras da ação feminina. A necessidade de debelar a Guerrilha do Araguaia também se situava para além da ação política, era preciso também liquidar as subversões comportamentais que ela ensejava e poderiam afetar toda a sociedade.

### Referências bibliográficas

ADOLFO, Gustavo. **BELL UH-1H Iroquois: na guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <http://www.flogao.com.br/gustavoadolfo75/146331582>. Acessado em junho de 2017, não paginado.

AFFONSO, Beatriz. Guerrilha do Araguaia. **Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais**, Rio de Janeiro, ago. 2009. Ano 23 n° 69.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1994.

CANDEU, RITA. **Ditadura e as mulheres: de mãe e santa à prostituta**. Disponível em: [http://culturadoestupro.blogspot.com.br/2013\\_03\\_01\\_archive.html](http://culturadoestupro.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html). Acesso em 10 de outubro de 2016, não paginado.

COMISSÃO DA VERDADE. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em 08 de outubro de 2016, não paginado.

CHRISTIEN, Ellen. **A participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <http://guerrilhaaraguaia.blogspot.com.br/p/participacao-das-mulheres-na-guerrilha.html>. Acesso: 09 de setembro de 2017, não paginado.

COURTINE, J. (org.) **História da virilidade: a virilidade em crise? Século XX-XXI - Vol. 3**. São Paulo: Vozes, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas: a ditadura escancarada**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das Ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

JOHN, Garcez. **Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <<http://jonhgarcez.blogspot.com.br/2015/04/guerrilha-do-araguaia.html>>. Acessado em 15 de outubro de 2016, não paginado.



MALVES, Patrícia Barba. **A história de Diná** – Dinalva Oliveira Teixeira, uma guerr (ilh) eira do Araguaia. Disponível em: <https://mvjtocantins.wordpress.com/2013/08/06/a-historia-de-dina-dinalva-oliveira-teixeira-uma-guerrilheira-do-araguaia/>>. Acesso em novembro de 2016, não paginado.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PEDRO, Joana Maria. *Historicizando o gênero*. In: FERREIRA, Antônio Celso, BEZERRA, H.G. e DE LUCCA, Tania Regina (org.) **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

\_\_\_\_\_. *Feminismo e gênero na universidade*: trajetórias e tensões da militância. **História**. v.9, n.3. pp (170 – 176). 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo. Paz e Terra. 1988.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. *A era dos modelos rígidos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

QUEIROZ, E. *Tingidas de tragédia*. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10. Nº117, junho 2015; pp.26-31.

SANTOS, Izidoro Azevedo dos. **Homenagem póstuma a Dinalva Conceição de Oliveira Teixeira**. Disponível em: < <http://izidoroazevedo.blogspot.com.br/2016/03/homenagem-postuma-dinalva-oliveira.html>>. Acessado em novembro de 2016, não paginado.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. 16(2), Porto Alegre jul./dez. 1990, p.5-22.

\_\_\_\_\_. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Kalina V. e SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

THÉBAUD, Françoise. *A grande guerra*. In: THÉBAUD, Françoise (org.) **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 31 – 93.



WOLFF, Cristiana Scheibe. *Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.